

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.:

645Data 15 de agosto de 1989

Pg.:

Cimi pede a ¹⁷⁰ candidatos que adotem mudanças na política indigenista

Da Sucursal de Brasília

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pedirá a todos os candidatos à Presidência da República que, se eleitos, revoguem todos os decretos e portarias que tratam da política indigenista. "Parece que o governo Sarney não foi informado de que existe uma nova Constituição e que ela tem um capítulo sobre os índios", disse o secretário do Cimi, Antônio Brand.

Brand e o presidente do Cimi, d. Erwin Krautler, bispo de Xingu, divulgaram ontem em

Brasília as resoluções da 8ª Assembléia Geral da entidade, realizada entre os dias 8 e 13 últimos em Goiânia. Eles disseram esperar do próximo presidente apenas o cumprimento da Constituição.

Um dos decretos para o qual é pedida a revogação é o de número 96.814/88, que criou a Secretaria de Assessoramento do Conselho de Defesa Nacional (Saden), em substituição à Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Constituição. Para os dirigentes do Cimi, o governo tenta manter a política indigenista sob o controle de órgãos de segurança.

Em carta aberta aprovada durante o encontro, cerca de 140 missionários do Cimi criticaram "a maior parte da sociedade e boa parte da Igreja" pela "insensibilidade" com que "assistem a' agonia e a depauperação cultural e física" dos povos indígenas. Brand e Krautler disseram que o Cimi espera o envolvimento da Igreja como um todo na questão indígena.

O Cimi também condena "interferências religiosas que não respeitam a cultura" indígena, referindo-se às várias seitas "que oferecem ajuda mas impõem uma nova cultura", como a Igreja católica fez no passado.